

Entrevista com o Superintendente do Ministério da Agricultura em Santa Catarina
Dr. Francisco Alexandro Powell Van de Castelee



ACCB – Dr. Francisco, quanto da produção leiteira em nosso Estado é fiscalizada, e quantas propriedades hoje estão sobre controle de inspeção (em percentuais)?

Atualmente, de acordo com a Lei nº 7889/90, existem 3 níveis de inspeção, ou seja a Inspeção Federal (SIF - Serviço de Inspeção Federal), a Inspeção Estadual (SIE) e a Inspeção Municipal (SIM). O que diferencia estes três níveis é a responsabilidade pelos trabalhos de inspeção ser do nível respectivo de governo e a comercialização dos produtos obtidos sob a respectiva inspeção poderem ser comercializados no município (SIM), no Estado de Santa Catarina (SIE) ou comercializados em todo o País e destinados à exportação (SIF).

Sob Inspeção Federal, temos em Santa Catarina 84 estabelecimentos, sendo inspecionado diariamente um volume aproximado de 3 milhões de litros de leite.

ACCB – O MAPA em parceria com a Secretaria da Agricultura, e a Cidasc, desenvolveram um sistema de rastreabilidade dos animais em Santa Catarina. Qual sua opinião sobre a funcionalidade, deu certo? Falta algum aprimoramento?

A garantia da rastreabilidade através da identificação de todos os animais do rebanho catarinense de bovinos e bubalinos decorreu de um compromisso assumido pelo Estado de Santa Catarina para obter o reconhecimento pela OIE (Organização Internacional de Epizootias – Organização Mundial de Saúde Animal) de livre de febre aftosa sem vacinação. Para tanto, além do cumprimento de normas rigorosas para o controle de trânsito destas espécies, Santa Catarina deveria provar que os bovinos e bubalinos existentes no território catarinense tinham nascido no Estado, como forma de comprovar o controle do rebanho local. O desenvolvimento do sistema de rastreabilidade foi feito pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, com apoio do Ministério da Agricultura, inclusive mediante repasse de recursos via convênio. Também foi criado um intervalo de numeração no SISBOV, que permitirá a adesão futura ao sistema de propriedades que tenham interesse em exportação para os países da comunidade europeia. As empresas do setor produtivo, sindicatos rurais, entidades do meio rural, Prefeituras Municipais, profissionais de campo por todo o Estado participaram da implementação da identificação dos animais propriamente dita. Acredito que o primeiro objetivo, que era o reconhecimento internacional do Estado como livre de febre aftosa sem vacinação, foi atingido. O cenário que desejamos é que outros estados, principalmente nossos vizinhos, também passem a se aprimorar para alcançar o mesmo status sanitário de Santa Catarina e que, em breve, este status sanitário diferenciado represente melhores oportunidades comerciais para todos. É preciso também ter em mente que, a partir da suspensão da vacinação, as medidas de vigilância e controle devem ser continuamente mantidas e aprimoradas, pois a manutenção do status sanitário exige o mesmo ou maior esforço por parte de todos os envolvidos.

ACCB- O senhor que tem acompanhado de perto os trabalhos desenvolvidos pela ACCB nas exposições. Qual sua avaliação e qual a importância desses trabalhos e eventos para a pecuária leiteira em Santa Catarina?

Primeiramente, é preciso destacar a alta qualidade dos animais e o entusiasmo dos participantes destes eventos. A realização de exposições leva ao público em geral e também especialmente aos produtores, o conhecimento da existência de nichos de excelência nos quais se consegue alta qualidade genética de animais combinada com produtividades exemplares. Isto demonstra para estes produtores a possibilidade de melhorias que podem ser levadas para as propriedades rurais, resultando em aumento da produção e da renda do produtor agropecuário. No que se refere especificamente à pecuária leiteira, notamos que os trabalhos desenvolvidos pela ACCB têm o foco no aprimoramento técnico dos produtores, com estímulo ao desenvolvimento de uma pecuária leiteira com animais de altíssimo padrão genético, além de levar aos participantes as melhores técnicas de alimentação, sanidade e manejo disponíveis.



ACCB- Quanto às propriedades certificadas, como está sendo esse trabalho no Estado com vista a exportação de animais e produtos lácteos, sendo que Santa Catarina conquistou o status de livre de febre aftosa?

É importante que a melhoria da situação sanitária do rebanho catarinense seja entendida pelos produtores e pela sociedade em geral como um patrimônio do nosso Estado. Em relação à certificação de propriedades, há 27 propriedades certificadas e mais 13 em processo de certificação. É importante que se tenha consciência que a certificação é um diferencial que agrega valor à propriedade e garante uma evolução sanitária que reflete diretamente também na promoção da saúde pública.

ACCB- Quanto ao Programa Nacional de Erradicação da Brucelose e Tuberculose, quais foram os resultados práticos?

Atualmente existe uma mobilização dos Órgãos Oficiais objetivando limitar a participação em feiras, exposições e eventos agropecuários de animais provenientes de propriedades monitoradas ou certificadas para brucelose a partir do ano de 2014. Esta conquista representaria um grande avanço na direção da erradicação da brucelose em nosso Estado.

ACCB- Temos visto que a sua participação é efetiva nos eventos organizados pela ACCB, gostaríamos de sua opinião tanto no ponto no que se refere a genética, como no aspecto zoo-sanitário.

O trabalho de melhoramento genético que vem sendo efetuado no Estado de Santa Catarina tem apresentado resultados excelentes e podemos afirmar que a genética hoje existente é comparável aos melhores plantéis do mundo. Referente a outros aspectos, como sanidade, manejo, alimentação, também, avançamos muito, porém existe um bom trabalho a ser realizado, principalmente no sentido de levar ao maior número possível de produtores o nível de excelência que já foi atingido por alguns.

ACCB- Quais ações integradas o MAPA/SC pode, no sentido de aprimorar os programas que a ACCB desenvolve no Estado, como por exemplo o Controle Leiteiro no laboratório em Concórdia, que já conta com (57) propriedades cadastradas e (2222) vacas sob controle, bem como o expressivo aumento da emissão de registro genealógico dos animais das raças Jersey e Holandesa? Como é de vosso conhecimento os trabalhos desenvolvidos pela ACCB, como o Serviço de Registro Genealógico e provas zootécnicas, que são subdelegadas pelas Associações Brasileiras das Raças Jersey e Holandesa, com supervisão do MAPA. Especificamente nesse segmento, o que o MAPA/SC pode sugerir para aprimorar esse trabalho?

O Mapa, através da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Santa Catarina tem conhecimento da importância do trabalho realizado pela ACCB e tem o máximo interesse em incrementar a cooperação interinstitucional, através de ações capacitação técnica, outras atividades específicas que podemos discutir e através da participação do nosso corpo técnico em Santa Catarina, que sempre apoiará estas atividades que vêm em benefício da atividade leiteira em Santa Catarina.

ACCB- Finalmente em nome da ACCB e de todos os produtores de leite de Santa Catarina, associados de nossa entidade, gostaríamos de expressar nossa mais profunda gratidão no que se refere ao enorme apoio que o MAPA/SC vem prestando no que diz respeito à liberação e disponibilização de material humano e físico, tão necessários para o desenvolvimento de nossos trabalhos. Ao senhor como atual representante deste egrégio Ministério em Santa Catarina, nosso muito obrigado.